

AS ELITES MUNICIPAIS DE SANTIAGO DO CACÉM NO SÉCULO XIX

Um texto datado (1989)

Fernando Luís Gameiro*

Nota Prévia

O texto que se publica é inédito, não foi objecto de qualquer actualização, incluindo a ortográfica. Foi apresentado sob a forma de comunicação no Colóquio «Poder Central e Poderes Periféricos em Perspectiva Histórica», um evento que teve lugar em Reguengos de Monsaraz, nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 1989, no quadro da comemoração dos 150 anos da criação do concelho. Para mim, enquanto autor, foi a primeira das mais de quatro dezenas de comunicações que faria nas três décadas seguintes. Aconteceu a convite do então assistente do Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Évora (DHA/UÉ), Helder Adegar Fonseca, que havia sido meu professor em várias cadeiras da área de História Contemporânea, no curso de Ensino de História e Ciências Sociais, da Universidade de Évora (1983-1988).

O Colóquio foi uma das primeiras iniciativas resultantes da articulação entre os municípios alentejanos e o DHA que, há três décadas como hoje, procurou estabelecer pontes com instituições ligadas aos seus interesses de investigação. A comissão organizadora era constituída, para além de Helder Fonseca, por Afonso de Carvalho (DRES), Fernanda Ramos (Vereadora da Cultura da CMRM), Fernando Marques da Costa (UÉ), José Mariz Fernandes (IPA), Mafalda Soares da Cunha (DHA/UÉ), Manuela Rocha (ISE-UTL), Nuno Gonçalo Monteiro (ISCTE) e Paula Amendoeira (CMRM).

* CIDEHUS - Universidade de Évora. Rede de Arquivos Escolares de Évora - RAEEV. O texto segue o antigo acordo ortográfico em uso na altura em que foi produzido (1989).

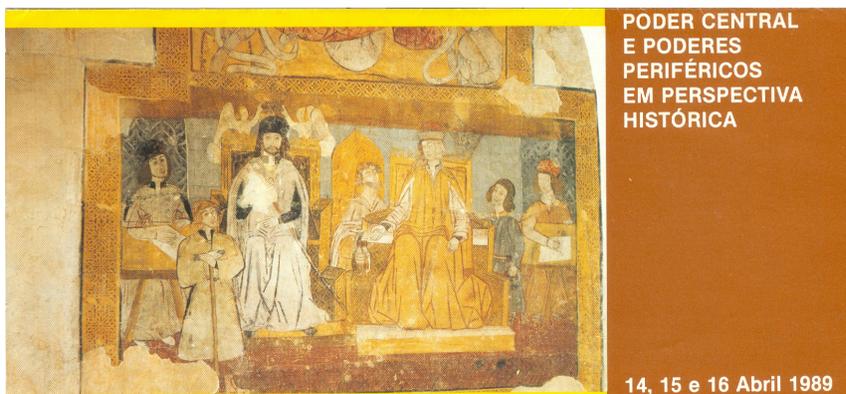


Figura 1. Folheto do Colóquio comemorativo dos 150 anos da criação do concelho de Reguengos de Monsaraz

As comunicações foram distribuídas por três secções:

1. Poder central e poderes periféricos;
2. Elites locais e elites regionais;
3. Instrumentos e práticas institucionais nos poderes locais e regionais.

A coordenação da segunda secção ficou a cargo de Helder Fonseca, tendo contado com a presença de Rui Santos (FCSH-UNL), Manuela Rocha (ISE), Fernando Gameiro (ESSC), Carvalho Moniz e José Manuel Sobral (ICS-UL).

Marcaram presença no evento os professores Baquero Moreno (ANTT), Armindo de Sousa (UP) e Maria Helena Cruz Coelho (UC).



Figura 2. Painel «Elites locais e elites regionais»

Legenda: (da esquerda para a direita): Fernando Gameiro, Rui Santos, Helder Fonseca (no uso da palavra), Manuela Rocha e Carvalho Moniz.

O Colóquio, que teve lugar no quartel dos Bombeiros Voluntários de Reguengos, foi marcado pela presença de mais de uma centena de participantes. Contou com uma vasta dimensão social, com eventos gastronómicos e culturais, incluindo uma visita à Herdade do Esporão e a Monsaraz, e teve o apoio da Fundação Friedrich Ebert.

A importância do acontecimento científico, do qual não foram publicadas as atas, acabaria por ter repercussão significativa no meio académico. Muitos dos participantes inseriram nos seus currículos a participação no Colóquio ou na comissão organizadora (Armando de Sousa, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Manuela Silva, Maria Manuela Rocha, Mafalda Soares da Cunha) e foi mesmo a base para as publicações posteriores (Fernando Gameiro, Maria Helena da Cruz Coelho, Manuel Santos Silva, João Bonifácio Serra, entre outros).

Rui Santos e Manuela Rocha publicaram na *Revista de História Económica e Social* uma notícia acerca do Colóquio, enunciando os seus eixos temáticos, identificando autores e temas, e produzindo uma análise do conjunto das comunicações. No caso do segundo eixo, coordenado por Helder Fonseca, estes autores referiram, como dominante, a opção por estudos de caso, incidindo sobre o século XIX, com a ênfase na caracterização das elites locais, nos domínios do recrutamento social, assim como das práticas políticas, económicas e simbólicas.

Estes investigadores notaram, no contexto dos vários eixos, a diversidade de metodologias seguidas pelos estudos apresentados, traduzindo-se em estilos de produção historiográfica muito desiguais, que os levaram a questionar a existência de uma excessiva especialização conducente a um certo acantonamento académico.

Em termos gerais, a junção dos interesses comemorativos aos académicos, patentes nas comunicações apresentadas, mobilizou públicos distintos para o encontro, circunstância que, em sua opinião, terá sido benéfica para ambos (Santos e Rocha 1989, 138-140).

Aspectos teóricos e metodológicos: dos anos de 1980 ao século XXI

Quanto à comunicação que apresentámos há mais de três décadas, serve de ponto de partida para aferir a renovação metodológica na história das elites. Podemos considerar, de forma muitíssimo sucinta, que esta

ocorreu de duas formas: a primeira, nas técnicas de pesquisa utilizadas, designadamente a chegada, em força, às ciências sociais dos métodos quantitativos associados à vulgarização do uso do computador pessoal, que permitiram aumentar exponencialmente a quantidade dos dados a tratar e o rigor dos resultados; a segunda, a codificação das ocupações no que concerne à história social das elites, vertente que nos acompanhou até ao presente.

Em relação às técnicas utilizadas, a intensificação do recurso aos métodos quantitativos, facultada pela informática de uso pessoal na década seguinte à da apresentação desta comunicação, permitiria utilizar a informação nominal de uma forma mais precisa.

Por exemplo: em vez da utilização dos apelidos dos protagonistas da vida municipal nas localidades estudadas, para aferir a ruptura/continuidade das elites entre o Antigo Regime e o Liberalismo (um exercício admissível na altura em que o texto foi produzido), hoje seria cruzada a informação genealógica, com recurso à metodologia prosopográfica suportada pelo uso de bases de dados relacionais. A mobilização de outras fontes (nobiliários, almanaques, por exemplo) seria inevitável no quadro da facilidade com que o cruzamento de fontes passou a ser possível via computação pessoal.

A questão da codificação das posições de *status*, caso da categoria (?) «proprietário», com a qual se operava de forma bastante liberal na década de 1980, e na qual eram recrutadas as elites municipais oitocentistas, viria a ser amplamente discutida. Do ponto de vista da sociologia das profissões acabaria mesmo por ser retirada do arrolamento ocupacional que se tornou expressivo nesta área de estudos: a HISCO (Leeuwen e Maas, 2002).

A HISCO é um sistema de classificação das ocupações históricas, que permite a comparação internacional. Já a HISCLASS apresenta uma proposta de classificação social assente em três dimensões: a distinção entre os níveis manual e não manual das aptidões ocupacionais do indivíduo; o nível de supervisão com que alguns indivíduos controlam o trabalho de outrem; e, finalmente, a importância concedida ao sector económico em que se enquadra cada actividade (Leeuwen e Maas, 2011).

Ambas foram configuradas em função da forma como os historiadores têm interpretado as sociedades, facto que as torna recomendadas para a abordagem de sociologia histórica.

A grande vantagem da HISCO e da HISCLASS é a clareza com que permitem seguir o desenrolar do processo de codificação e de classificação, proporcionando a discussão das opções tomadas pelo historiador em todo o processo. Esta não era a prática seguida quando o texto foi apresentado, e os trabalhos de grande fôlego que conduzimos posteriormente, no quadro geral de outros estudos na área da História Social, já se orientaram numa direcção diferente (Gameiro 2014; 2017).

Finalmente, em relação à literatura especializada, muitas foram as transformações ocorridas, em particular nos estudos com foco regional (Fonseca 1992; 1996).

Nos anos de 1980, a historiografia francesa, na linha da escola dos *Annales*, estava muito presente na formação dos jovens historiadores. Nas décadas seguintes, a predominância crescente da historiografia anglo-saxónica renovaria o contexto e as abordagens na área da história das elites.

Introdução

Se os estudos de história regional, e mesmo os de história local, começam agora a tentar apreender uma realidade social complexa e matizada, continuam a existir, no entanto, múltiplos aspectos dessa realidade que permanecem por abordar.

Do ponto de vista da produção historiográfica, podemos considerar que a temática das elites municipais, locais e regionais não tem sido objecto de particular atenção por parte dos investigadores que abordam o período contemporâneo como seu campo privilegiado de estudo, apresentando-se o panorama bibliográfico para o século XIX bastante diminuto.

Os trabalhos até agora realizados poder-se-ão agrupar segundo duas grandes linhas de força: a primeira, que aborda a questão das elites e do seu poder no seio dos concelhos, ou em regiões mais vastas, numa perspectiva de longa duração e de continuidade, admite a existência de uma ruptura na composição sociológica e genealógica das elites, no momento e durante o período liberal. Considera a existência de uma nobreza omnipresente durante o Antigo Regime, ao nível do poder local e regional, mas que o Liberalismo viria a diluir (Coelho e Magalhães 1986; Manique 1986, 232).

Recentemente, uma nova perspectiva de estudo, dando especial ênfase às particularidades regionais, aponta novas vias de investigação,

que sugerem resultados divergentes face à primeira das concepções apresentadas. Segundo esta tese, mais do que ruptura, terá imperado a continuidade genealógica das elites locais e dos grupos sociais em que os seus membros eram recrutados, embora tenha ocorrido alguma renovação. Estes estudos, desenvolvidos para o Alentejo por Helder Fonseca, vieram animar o debate em torno desta problemática, ao questionarem também o nível de alterações produzido pelas revoluções liberais nas sociedades rurais (Fonseca 1988).

Antes de passarmos à problematização destas duas teses, valerá a pena tecer algumas considerações sobre a tentativa de sistematização que aqui adoptámos. Em primeiro lugar, a sua separação fica a dever-se apenas a uma conveniência meramente analítica. Em segundo, é óbvio que há muito mais nestes, tal como noutros escritos mais recentes, do que a simplificação um tanto grosseira que acabámos de apresentar. Não referimos sequer a questão, pouco pacífica, e que valerá a pena repensar, do conceito de elite, que diverge de estudo para estudo.

Derivando das duas linhas de orientação traçadas, este trabalho poderá justificar-se do ponto de vista da redefinição do quadro problemático que o tema das elites exige: pretendemos alertar para os diferentes matizes de que se poderá revestir o rosto do poder político consoante as regiões estudadas¹.

Desta forma, dever-se-ão colocar, à partida, os problemas que procuraremos equacionar numa tentativa de problematizar os quadros gerais que começam a definir-se. Corresponderá a visão, que tem vindo a esboçar-se, do Alentejo Central a uma imagem idêntica do Alentejo Ocidental? Em que medida variará a mobilidade social quando correlacionada com o nível e a dinâmica da actividade económica? De que forma os níveis de riqueza, variando de região para região, influem na composição das elites municipais, produzindo (ou não) alterações ao nível do seu perfil sociológico? Mais do que respostas globais, que só a diversificação de indicadores e a continuidade da investigação poderão dar, pretendemos traçar um quadro problemático regional. Será, ainda que diminuta, uma prestação para a multiplicidade de pistas que este Colóquio por certo irá abrir.

1. Ao analisar os recenseamentos eleitorais para a segunda metade do século XIX, nas regiões de Évora e de Viana do Alentejo, Helder Adegar Fonseca admitiu a possibilidade de existirem divergências regionais em função da dimensão dos concelhos. Cf. Fonseca 1988, 87. Como iremos verificar, um crescente número de variáveis parece gravitar em torno deste problema, apresentando-se como paradigmático o caso que agora estudamos.

O concelho de Santiago do Cacém no século XIX. Algumas características socioeconómicas

Em 1843, a população do concelho, estimada pela vereação camarária, seria de cerca de 8000 indivíduos². Neste período, o concelho de Sines, com cerca de 2630 habitantes (Lopes 1854), ainda não havia sido integrado no concelho de Santiago. Estudos mais credíveis vêm confirmar o montante inicialmente referido, estabelecendo em 8201 o número de residentes que povoaria esta última zona em meados do século (Silva 1869, 206). Com a reintegração de Sines nos limites do concelho de Santiago, esse número terá subido para 11018 habitantes, em 1863 (Costa 1948, 217).

Embora questionáveis, estes dados dão-nos a imagem de um vasto concelho com 90103 hectares, comportando uma reduzida densidade populacional, comprovada pelo pequeno número de fogos, que, em 1864, seria de 2172³.

O retrato é o de um concelho predominantemente rural, onde se destacavam no terceiro quartel do século XIX, os dois centros urbanos de maior dimensão: a via de Sines com 3162 pessoas e 814 fogos e a vila de Santiago do Cacém com 2118 almas e 614 fogos. Nesta última povoação, funcionariam as instâncias administrativas do concelho (Silva 1869).

A partir dos dados registados na principal monografia sobre o concelho - os *Annaes do Município de Santiago do Cacém* - conseguimos obter uma sistematização da estrutura profissional da população. Os resultados obtidos enquadram-se no contexto da esperada predominância do sector primário. A estrutura profissional destacava-se sobretudo pelo enorme peso das profissões ligadas à actividade agrícola: 76,3%.

Neste sector, ganhavam relevo os grupos de «proprietários» (22,4% do total da população ativa e 29,4% das profissões que compõem aquele sector de actividade)⁴.

Os dados que temos vindo a sistematizar fornecem-nos ainda outras indicações, como a possibilidade de calcular a taxa de analfabetismo rural, que, no terceiro quartel do século XIX, rondaria os 90% (Silva 1869,

2. Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (AMSC), Actas da Vereação Camarária (AVC), «Vereações desde 11 de Agosto de 1842 a 17 de Dezembro de 1851», sessão de 7 de Novembro de 1843, p. 39v.

3. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. Repartição Estatística. 1886. *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 8.

4. Cf. Tabela 4.

110)⁵. Podemos correlacionar esta situação também com o desinteresse da população pela vida política do concelho. Do ponto de vista eleitoral, foram múltiplos os actos eleitorais que se não realizavam devido à inexistência de votantes⁶.

Do ponto de vista político, a influência das famílias tradicionalmente ligadas ao poder municipal tendia a apresentar uma notável continuidade no tempo, mercê da preservação a que era sujeito o seu poder económico. Estas poderosas famílias constituíam o grupo onde era recrutado o conjunto de proprietários que asseguravam toda a gestão e o controlo do concelho, constituindo uma verdadeira elite. As suas características enquadram-se na definição elaborada por Chaussinand-Nogaret. Este autor entende como elites os grupos sociais que, pelo seu estatuto, a sua riqueza ou talentos conseguem obter uma posição única no topo da hierarquia. Esta isola-os do resto da sociedade e permite-lhes a manutenção de relações privilegiadas com o poder, que acabam por monopolizar ou influenciar (Chaussinand - Nogaret 1975, 9).

As principais actividades económicas do concelho estariam ligadas à exploração do montado, à criação de gado e à cultura extensiva de cereais panificáveis. Neste último tipo de produções, a de trigo seria considerável e, embora não satisfazendo as necessidades de consumo, a exportação para Lisboa, através do porto de Sines, não seria de desprezar, mercê da importação deste género de cereal dos concelhos vizinhos (Silva 1866).

A região integrar-se-ia, assim, no conjunto de centros abastecedores de Lisboa, que, segundo David Justino, teria como pólos abastecedores, na Região Sul, os portos de Setúbal e de Sines (Justino 1988, 207-228).

As elites municipais de Santiago do Cacém

Não iremos alongar-nos sobre os métodos e as formas de nomeação das vereações municipais no Antigo Regime ou sobre as alterações introduzidas

5. A fonte citada apresenta a população do concelho em 1863: 11 078 habitantes. Deduz deste montante as populações de Santiago e de Sines: 3 093 habitantes. Deduz também os menores de dez anos de todo o concelho excepto das vilas, o que perfaz um total de 5 877 habitantes potencialmente alfabetizados, mas dos quais apenas 170 «soletram e escrevem o seu nome», sendo pois 5 707 os analfabetos. Percentualmente, representam 91% da população rural.

6. Cf. AMSC, AVC, «Vereações desde 17 de Agosto de 1842 Dezembro de 1851», sessões de 14 de Agosto de 1844, 1 de Dezembro de 1849 e 17 de Dezembro de 1851 (eleições paroquiais).

no processo pela legislação liberal. Muito sinteticamente, diremos que o sistema assentava na seguinte estrutura: nomeação de um grupo de indivíduos caracterizados pela sua tradição e grau de nobreza; pela escolha, por este grupo, das pessoas que teriam condições para o desempenho de cargos no aparelho administrativo; pela votação e escolha de seis indivíduos que, depois de reconhecidos e aprovados pelas instâncias superiores, iriam servir nos cargos municipais durante um triénio.

O advento do Liberalismo iniciou as alterações a que o Código Administrativo de 1842 viria a dar corpo. As Juntas de Paróquia e as Câmaras Municipais ficaram sujeitas ao sufrágio censitário que, para os concelhos de dimensão média (entre os quais se incluía o de Santiago do Cacém), distribuía o corpo eleitoral por eleitores e elegíveis. As leis de 1852 (Duque de Saldanha) e de 1859 (Duque da Terceira) retiraram o direito de voto aos analfabetos, exigiram um rendimento anual de cem mil réis para se ser eleitor e o quádruplo para se ser elegível.

Assim, o corpo eleitoral passou a apresentar-se extremamente reduzido: apenas um em cada três varões maiores de vinte e cinco anos usufruía do direito de voto (Vidigal 1988, 100).

Enunciado esquematicamente o funcionamento do sistema, cumpre agora analisar os seus efeitos sobre o caso concreto que estamos a estudar.

Tabela 1. Vereadores e conselheiros municipais em Santiago do Cacém (1842–1850)

	1842	1843	1845	1847	1850
Proprietários	8	7	9	6	8
Advogados		1			
Lavradores			1	1	1
Médicos				1	
Não identificados	1	1		2	1
	9	9	10	10	10

Legenda: Número de vereadores por mandato (n.º) e distribuição percentual por actividade declarada (%). Conselheiros municipais. Santiago do Cacém (1842-1850).

Fonte: AMSC, AVC, «Auto de juramento e posse dada aos membros da Câmara Municipal que hão-de servir neste biénio (...)».

Mediante a análise da composição social das vereações camarárias e do Conselho Municipal, de acordo com os dados apresentados no Tabela

1, verificamos que no período que medeia entre 1842 e 1850, num total de 48 indivíduos identificados, 38 são «proprietários», isto é, constituindo 79,2%, 2 são advogados, 1 é médico e 5 das profissões não foram determinadas devido à sua omissão na fonte utilizada, o que corresponde a 10,4%.

Estes dados estimulam a pesquisa e convidam ao alargamento do âmbito cronológico. Respondendo a esta solicitação, procurámos verificar se, de facto, os «proprietários» que compunham as vereações e o Conselho Municipal eram produto das transformações sociais, cuja existência se admite para o período liberal, ou se, contrariamente, faziam radicar na tradição a sua proveniência.

Para obtermos uma resposta, comparámos as «casas» que ocuparam os cargos municipais entre 1808-1818, com as do período compreendido entre 1834-1854.

Tabela 2. Casas que se encontram representadas na vereação camarária, Conselho Municipal, Junta Geral de Distrito e Administração do Concelho, nos períodos de 1808-1818 e de 1834-1854

1808-1818	1808-1818
Aboim	Aboim
Falcão	Andrade
Gama.	Beja
Guerreiro	Coelho
Leão	Costa
Leite	Cruz
Lança	Delgado
Lourenço	Falcão
Monteiro	Fonseca
Mendonça	Gama
Pinheiro	Gentil
Pereira	Lacerda
Parreira	Madeiros
Reboredo	Macedo
Silva	Magro
Salema	Mendonça
	Monteiro
	Moura
	Nunes
	Oliveira
	Pacheco
	Paula
	Parrado
	Pereira
	Rodrigues
	Sabido
	Salema
	Soares
	Silva
	Vilhena

Fonte: AMSC, AVC, «Vereações de 1 de Outubro de 1808 a 6 de Junho de 1818». Termo de juramento dado aos notáveis. «Vereações desde 21 de Novembro de 1832 até 11 de Maio de 1839», «Vereações de 17 de Agosto de 1842 a 17 de Dezembro de 1851». Autos de posse dada aos membros da Câmara

Os resultados, expressos no Tabela 2, são notáveis. Das 16 casas que colocaram elementos em cargos administrativos, ligados à vereação ou ao Conselho Municipal, 9 delas são identificáveis no segundo dos períodos estudados (56% dos casos).

Em Évora, cujo estudo da composição social das elites se fez remontar ao Antigo Regime, verifica-se que 40% dos titulares dos cargos pertenciam a famílias já com tradição no aparelho municipal (Fonseca 1988, 100).

No caso que estamos a estudar, os resultados provisórios obtidos parecem dar credibilidade à tese de que as casas que surgem a dominar a vida municipal no período liberal não são propriamente o resultado de uma súbita ascensão, mas são, sim, as herdeiras das casas que tradicionalmente controlavam o aparelho municipal (Fonseca 1988, 100).

Mantendo ainda uma perspectiva comparativa, sincrónica, e observando agora o período de 1832 a 1840 nas regiões de Évora e de Santiago do Cacém, verificamos que no primeiro caso foi de 37 o número de casas presentes nas vereações e no Conselho Municipal. Em Santiago do Cacém esse número foi de apenas 17⁷.

Qual será, pois, a relação entre um maior peso das famílias com tradições no aparelho municipal, um menor número de famílias a ocuparem os cargos municipais e, finalmente, uma intensa presença do grupo «proprietários» a liderar o aparelho municipal? Esta é uma questão a que iremos tentar responder.

Em Santiago do Cacém, durante o lapso temporal seguinte que agora observaremos (1842-1854) e cujos dados se encontram expressos no Tabela 3, das 26 casas que, em termos de vida municipal dominaram este período, conhecemos a ocupação de 21 dos seus representantes: 11 eram «proprietários», constituindo 81% das actividades conhecidas, 2 eram «lavradores», 1 era «advogado» e 1 outro era «médico».

Em Évora, não se verifica tão acentuada homogeneidade, sendo a actividade dos ocupantes dos cargos municipais mais diversificada (Fonseca 1988, 99).

7. AMSC, AVC, «Vereações desde 21 de Novembro de 1832 até 11 de Maio de 1839». Autos de posse dada aos membros da Câmara.

Tabela 3. Distribuição de cargos administrativos no concelho de Santiago do Cacém. Vereadores e conselheiros municipais (1842-1854)

	Actividade	Vereação	Conselho Municipal
	1	2	3
Aboim	Proprietário	1Vr, 3Pr	1
Beja	Proprietário	4Vr	2
Carrilho		4Vr	1
Coelho	Lavrador		2
Costa	Proprietário		1
Cruz	Proprietário		2
Delgado			2(1s)
Falcão	Proprietário	2Pr, 1Vr	2
Fonseca	Proprietário		2(1s)
Gama	Proprietário	2Vr	2
Lacerda		1Vr	
Madeiros			1(1s)
Macedo	Proprietário	1Vr	
Magro			1(1s)
Monteiro	Advogado	3Vr	
Moura	Proprietário		2(2s)
Pacheco	Proprietário		3
Palma	Proprietário	3Vr	1
Parrado	Proprietário		1
Pereira	Proprietário	4Vr	2
Rodrigues	Lavrador	1Vr	2(1s)
Sabido	Proprietário	3Vr	
Salema	Proprietário	1Vr	
Silva	Proprietário	1Vr	1
Vilhena	Médico	1Vr	2(1s)
Oliveira	Proprietário	1Vr	

Legenda: 1 - Actividade declarada nos cadernos de recenseamento eleitoral para este período. 2 - Número de vezes que o cargo foi ocupado pelo mesmo indivíduo, como vereador (Vr) ou como presidente (Pr). 3- Número de vezes que cada indivíduo ocupou o cargo de conselheiro municipal. Ao lado, indica-se o número de vezes que o cargo foi ocupado na qualidade de substituto (s.).

Fontes: Colunas 2 e 3: AMSC, AVC, «Vereações de 17 de Agosto de 1842 a 17 de Dezembro de 1851». Autos de posse dada aos membros da Câmara. Coluna 1: AMSC, Núcleo da Câmara Municipal, Secção Eleitoral (A/K - 1 a 5), «Ano de (...) recenseamento dos eleitores e elegíveis nas eleições de deputados e dos cargos municipais».

Porquê estas diferenças numa mesma região económica? Talvez porque, como afirma David Justino, as grandes disparidades regionais se detectem entre espaços centrais e espaços periféricos, engendrando cada um deles dinâmicas de desenvolvimento desiguais (Justino 1988, 407).

Estarão estas diferentes dinâmicas económicas relacionadas com as diferenças que constatámos a nível das elites locais e dos grupos sociais que as compõem. É este o problema que procuraremos perspectivar na parte seguinte deste estudo.

Elites e dinâmicas económicas regionais

O estudo dos recenseamentos de população, a sua confrontação com os recenseamentos eleitorais e a articulação destes últimos com as listas de maiores contribuintes do concelho poderão fornecer elementos importantes para o esclarecimento do problema equacionado.

Em 1863, a população que, em termos potenciais, estaria em condições de exercer o direito de voto, isto é, a população adulta activa, distribuía-se pelos três sectores básicos de actividade da forma seguinte:

Tabela 4. Estrutura profissional do concelho de Santiago do Cacém, em 1863

Actividades	População activa	%
1. Profissões agrícolas	2364	76,3
2. Artesanato	474	15,3
3. Comércio e serviços	260	8,4
Total	3098	100

Fonte: «Recenseamento da população do Concelho de Santiago de Cacém, feito por ordem do governo, em 31 de Dezembro de 1863». (Silva 1869, 207-217)

Antes de passarmos à análise dos dados apresentados é importante referenciar algumas questões de ordem metodológica que, como iremos observar, nos ajudarão a compreender a temática sugerida.

Uma dessas questões, talvez a mais importante, diz respeito à fonte na qual foram recolhidos os dados em bruto. Trata-se de uma monografia da época, com múltiplos elementos de natureza quantitativa sobre o concelho

(Silva 1869). A confirmação destes dados, com base no recenseamento completo de 1863, poderá confirmar ou desmentir a veracidade destes elementos.

Por outro lado, o modelo seguido no agrupamento da estrutura profissional com base na população activa adulta, inspirou-se em estudo de J.M. Nazareth (1983).

O elemento que consideramos mais importante prende-se com o facto de a tipologia utilizada por J.M. Nazareth para o agrupamento da população activa de Coruche, em 1789, se enquadrar perfeitamente nos dados que agora se apresentam, demonstrando, pontualmente, que nesta região as alterações admitidas para o período inicial da Regeneração, ao nível das estruturas económicas, terão tido um impacto muito reduzido, na perspectiva de análise que este tipo de informação permite (Cabral 1976).

Finalmente, no Tabela 4 não enquadrámos os seguintes grupos: «mendigos», «criados», «estrangeiros», «transeuntes» e «ausentes». Os «trabalhadores», de acordo com os autores antes referenciados, foram arrolados nas profissões agrícolas.

Os números mais significativos são naturalmente os que registam um enorme peso das profissões ligadas ao sector primário (76,3%). Em finais do Antigo Regime, Coruche tinha apenas 65% de indivíduos ligados a este sector de actividade (Nazareth 1983, 61). Tal facto atesta o forte pendor agrícola do concelho que temos vindo a estudar.

O peso do sector secundário é idêntico ao apresentado para Coruche, ou seja, corresponde a 15,3%. O mesmo não acontece com o sector terciário, 8,4% face aos 18% encontrados para Coruche.

Analisando mais em pormenor a composição do sector primário, para além da importante representação do grupo «Jornaleiros», verificamos que «Proprietários cultivadores» (19,8%), «Rendeiros cultivadores» (2,8%) e «Proprietários» (2,6%) perfazem um total de 25,2%. Sendo este valor elevado, e tratando-se de grupos tradicionalmente associados à posse e utilização da terra (Fonseca 1988; Silbert 1978), poderá pensar-se na existência de um número considerável de pequenos proprietários⁸. Esta hipótese ganha consistência nas palavras de um monografista da época, Francisco Luiz Lopes, que em 1850 escrevia na sua «Breve Notícia de Sines»: «(...) Tentei dividir a população por classes mas vi-me embaraçado. Primeiro escrevi proprietários e achei que todos o eram (...) todos possuem mais

8. Cf. propõem para a segunda metade do século XIX, Fonseca 1988, 91; Cutileiro 1977, 23-24.

ou menos uma tira de areia, uma choupana (...), valores insignificantes é certo, mas são proprietários (...))» (Lopes 1850, 43).

Ao estudar o caso de Santiago do Cacém, Macedo e Silva, afirmava que havia mais proprietários do que trabalhadores e mesmo a classe dos jornaleiros laborava por conta própria na arroteação de terrenos baldios. A situação referida era amenizada através do recurso ao serviço dos migrantes sazonais provenientes do norte do país (Lopes 1869, 112).

Regressando à análise da estrutura profissional apresentada no Tabela 4 verificamos que um dos dados interessantes no recenseamento que lhe deu origem, consiste no isolamento do grupo «Proprietários», distinguindo-o nitidamente de outras categorias afins.

Seria este reduzido número de proprietários, habitando sobretudo nas zonas urbanas (em 88% dos casos), quem integraria de facto as vereações camarárias? Em caso afirmativo, como comprovar a existência desta situação?

Elites municipais e reprodução social

Os recenseamentos eleitorais, cuja elaboração se tornou prática corrente durante o Regime Liberal, constituem hoje uma parte importante dos acervos documentais dos arquivos que possuem fontes sobre a segunda metade do século XIX. O Arquivo Municipal de Santiago do Cacém inclui-se neste número, oferecendo a sua secção eleitoral um conjunto de documentos que implicam um tratamento de maior profundidade do que aquele que nestas linhas podemos apresentar.

Assim, apresentamos os resultados de uma primeira abordagem, no contexto de um projecto de trabalho em curso, que nos poderão fazer avançar com algumas hipóteses explicativas face às questões por nós levantadas no ponto anterior.

Tabela 5. Cidadãos eleitores e elegíveis. Concelho de Santiago do Cacém (1854, 1858 e 1863)

Ocupações	1854				1858				1863			
	Eleitores		Elegíveis		Eleitores		Elegíveis		Eleitores		Elegíveis	
	N.A	%										
Lavradores	375	66,1	41	38,3	437	53,1	84	39,3	485	53,4	76	34,5
Proprietários	82	14,5	50	46,7	138	16,8	65	30,4	141	15,5	59	26,8
Trabalhadores	30	5,3	2	1,9	60	7,3	5	2,3	59	6,5	12	5,5
Pescadores					32	3,9			25	2,8		
Sapateiros	4	0,7			17	2,1	7	3,3	27	3	12	5,5
Negociantes					19	2,3	9	4,2	22	2,4	14	6,4
Moleiros	16	2,8			18	2,2	3	1,4	25	2,8	3	1,4
Carpinteiros	11	1,9	1	0,9	15	1,8	12	5,6	19	2,1	12	5,5
Párcos	8	1,4	8	7,5	9	1,1	7	3,3	7	0,8	7	3,2
Outros	41	7,2	5	4,7	78	9,4	22	10,2	99	10,7	25	11,2
Total	567	100	107	100	823	100	214	100	909	100	220	100

Legenda: NA, Números absolutos de indivíduos que compõem os diferentes grupos, seguidos, na horizontal, da percentagem que representam, quer como elegíveis, quer como eleitores.

Fonte: AMSC, NCM, Scc. Eleitoral: 1854; A/K -5, 1858; A/K-9, 1863, A/K-14.

Antes de mais, analisemos os dados recolhidos e sistematizados no Tabela 5, que permite a comparação entre os recenseamentos eleitorais de 1864, 1858 e 1863.

Em primeira abordagem, e confrontando o recenseamento eleitoral de 1863 com os dados referentes à estrutura da população activa (Tabela 4), *grasso modo*, a população potencialmente eleitora, verificamos que apenas 29,3% dos indivíduos estão em condições de eleger e apenas 7% em condições de serem eleitos. Estes, na sua maior parte, eram apenas elegíveis para cargos nas paróquias e nas câmaras municipais⁹.

9. Para apuramento dos elegíveis nos concelhos da dimensão do de Santiago, portanto, com mais de 2000 fogos, procedia-se ao recenseamento dos eleitores, determinando-se os indivíduos elegíveis através do cálculo do seu rendimento ou contribuição, que deveria ser obrigatoriamente superior três a quatro vezes para se ser eleitor. Cf. *Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, p. 6 a 49.

Assim, o estatuto de eleitor era reservado e era-o ainda mais o de elegível, privilégio de estratos sociais de proprietários, de funcionalismo médio e superior das actividades de prestação de serviços públicos ou privados (Vidigal 1988, 10).

A esmagadora maioria dos eleitores era constituída por lavradores e proprietários: 80% em 1854, 70% em 1858 e 69% em 1863. Em Évora, o peso do conjunto das categorias «proprietários», «lavradores», «negociantes» e «quadros superiores». Neste período, em Évora, o peso não terá ultrapassado os 23% (Fonseca 1988, 96-97).

Ao nível dos elegíveis constata-se o seguinte: 85% em 1854, 70% em 1858, 70% em 1863.

Em Évora o peso do grupo «proprietários, lavradores e comerciantes» não terá ultrapassado os 60%.

Em síntese, o nosso caso, se comparado com os estudos realizados para Évora, apresenta um corpo de eleitores pouco diversificado. Este grupo estreita-se ainda mais ao nível dos elegíveis. Tanto num como noutro grupo, eleitores e elegíveis, as categorias centrais são ocupadas pelos proprietários e pelos lavradores. Tal facto relacionar-se-á, como vislumbrámos, com as características socioeconómicas e profissionais do concelho, que terão permitido a ascensão e a manutenção, na base da pirâmide eleitoral de grupos tradicionalmente ligados à posse da terra, em última instância, os efectivamente eleitos. Mas nestes, o grupo homogéneo, o grupo predominante e que simultaneamente controlava o poder municipal era o grupo «proprietários»¹⁰.

No entanto, como explicaremos este facto, se o peso dos lavradores se apresenta como determinante quer na posição de eleitores quer como elegíveis?

Talvez a este propósito escrevia Macedo e Silva, em meados de Oitocentos, na segunda edição dos seus *Annaes de Santiago do Cacém*, constatando a nível local um fenómeno que Oliveira Martins descreveria a nível global (Martins 1923, 50-51): «Que importa que eu veja em Pedro o único individuo capaz de advogar os interesses do meu município ou do meu país? Vós me pedis que nomeie a João. Devei responder-vos com uma negativa, a vós que sois meu amigo, a vós que me protegeis, a vós que me dais o trabalho (...)» (Silva 1869, 94).

10. Revejam-se os Tabelas 1 e 5, tendo em atenção as posições ocupadas por «lavradores» e «proprietários».

Verificamos, pois, que uma minoria de «proprietários», de fortunas consideráveis a nível do concelho, mas diminutas numa perspectiva comparativa, como iremos verificar, se reproduzia no tempo. Resistia às oscilações da conjuntura. Utilizaria talvez a sua influência para transitar do grupo dos elegíveis, que partilhava com a categoria «lavradores», para a ocupação, quase exclusiva, do grupo restrito dos efectivamente eleitos. Eis, em suma, a elite política municipal: hermética, poderosa, homogénea.

Se de uma elite se trata, qual o seu poder? Identificar-se-á com a elite económica? O que a distingue das outras elites locais estudadas?

Elites, poder económico e disparidades regionais. O Alentejo interior e o litoral: Évora e Santiago do Cacém

No sentido de indiciarmos as importâncias e os respectivos níveis económicos dos dois concelhos, iremos utilizar dois importantes indicadores que, à partida, se poderão destacar sobretudo, devido ao seu carácter pioneiro neste tipo de abordagens. Mediante os dados que nos irão fornecer, iremos tentar confrontar os níveis de riqueza apresentados pelas regiões e pelos indivíduos que compõem as diferentes vereações camarárias, nas duas zonas que temos vindo a estudar.

Tabela 6. Receitas e despesas camarárias em Évora e Santiago do Cacém. 1854-1863 (réis)

Ano	Évora			Santiago do Cacém		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
1854-1855	10280,37	10118,05	162,32	2842,828	1977,138	865,69
1855-1856	9583,73	9484,827	98,903	3703,925	2282,276	1421,649
1856-1857	11840,795	10794,648	1046,147	4750,313	2953,615	1796,698
1857-1858	9621,477	9728,739	-107,262	4859,146	2725,585	2133,561
1858-1859	9772,02	9772,02	0	5355,414	3695,124	1660,29
1859-1860	9537,768	9537,768	0	5132,045	3544,515	1587,53
1860-1861				5312,422	3224,072	2088,35
1861-1862	17475,144	17404,319	70,825	6222,528	4765,878	1456,65
1862-1863	28955,292	28383,61	571,682	6251,238	5831,93	419,308

Fonte: Dados referentes a Évora: ADE, Actas da Câmara Municipal, livros 774 a 780, "Orçamento do ano (...)". Dados referentes a Santiago do Cacém: Silva 1869,169.

Com os dados recolhidos para Évora e para Santiago do Cacém, tal corno se apresentam no Tabela 6, poderemos elaborar um estudo comparativo dos orçamentos das duas câmaras: os números resultantes desta comparação são bem elucidativos. Em Évora, nos anos a que os dados se reportam, a receita média foi de 10:331\$593 réis e a despesa de 10:031\$566 réis. Em Santiago do Cacém, os valores da receita e da despesa média foram respectivamente de 4:039\$053 réis e de 2:484\$653 réis. Em Santiago, como se comprova pela observação do quadro a que temos vindo a fazer referência, não são registados saldos negativos e, como podemos verificar, a parcimónia nas despesas era uma constante. O mesmo se não aplica a Évora.

A dimensão económica dos dois municípios apresenta-se, pois, com uma grande disparidade que naturalmente se terá que traduzir em termos de importância política das instituições de poder local e do desenvolvimento económico regional.

Um outro, e não menos significativo indicador, que abandona o enquadramento regional a que se reportou o Tabela 6, e nos dá uma imagem particular, embora relativa, foi construído a partir das «listas de maiores contribuintes do concelho» apresenta-se no Tabela 7:

Tabela 7. Montantes colectados sobre os rendimentos dos dez maiores contribuintes no concelho de Évora e de Santiago do Cacém. 1851 e 1852 (réis)

Évora (1852)			Santiago (1851)		
Apelido	Ocupação	Colecta	Apelido	Ocupação	Colecta
Maia	Proprietário	289,796	Matos	Proprietário	74,885
Freire	Proprietário	247,567	Sabido	Proprietário	49,54
Oliveira	Proprietário	240	Beja	Proprietário	40,275
Rosa	Proprietário	189,814	Aboim	Proprietário	33,179
Reis	Proprietário	133,103	Vasques	Proprietário	26,83
Fonseca	Proprietário	132,309	Parrado	Proprietário	24,866
Feire	Proprietário	125,049	Pereira	Proprietário	18,93
Vieira	Proprietário	126,067	Cruz	Proprietário	18,77
Machado	Proprietário	120,429	Gonçalves		17,335
Fernandes	Proprietário	112,504	Delgado	Proprietário	11,884

Fontes: Concelho de Évora: ADE/NCM/AC, sessão de 17.10.1852, livro 774, f.1.23 e 23v. Concelho de Santiago: AMSC/AVC, sessão de 15.1.1851, fl. 91; as listas de maiores contribuintes em Santiago não especificam a actividade dos colectados. Para colmatar esta omissão, tivemos que recorrer aos recenseamentos eleitorais de 1850 e de 1854

Entre os indivíduos estudados, mediante a utilização do indicador que se apresenta no Tabela 7, verificamos facilmente que as diferenças em termos de níveis de riqueza entre os dois concelhos são notórias. Os números parecem traduzir uma realidade que confirma a pressuposição da existência de assinaláveis disparidades regionais. De facto, em Évora, a contribuição média, considerando somente os dez maiores contribuintes, foi de 171\$664 réis. Em Santiago do Cacém, ela foi de apenas 31\$000 réis. Assim, o menor contribuinte em Évora pagava um montante superior ao maior contribuinte em Santiago do Cacém. A situação manter-se-ia, se analisássemos os vinte maiores contribuintes de cada concelho.

Ora, sabendo que a colecta incide sobre um rendimento, quanto maior ela for, tanto maior será esse rendimento. Assim, facilmente o leitor se apercebe de que os proprietários, que na esmagadora maioria dos casos em ambos os concelhos são quem compõe as vereações, têm fortunas bem diferentes.

Este facto, adicionado às abismais diferenças nos orçamentos financeiros dos dois concelhos, contribui para concluirmos, de forma límpida, que estamos em presença de duas elites municipais de dimensão económica e projecção política significativamente diferentes.

Conclusão

Os condicionalismos regionais determinam a diversidade. Diferenças significativas a nível da estrutura económica parecem reflectir-se a nível social. Uma maior repartição da propriedade em Santiago do Cacém, numa zona de maior resistência à inovação, face a uma elevada taxa de analfabetismo rural, projecta para a gestão do município um grupo homogéneo de «proprietários». Estes, a elite económica local, de parceria com o grupo «lavradores», têm as suas fortunas reduzidas quando comparadas com as dos seus congéneres eborenses. Talvez este fenómeno ocorra devido a uma maior repartição da propriedade, pelas características da exploração agrícola, pela reduzida dimensão dos seus investimentos, pelos condicionalismos globais da região em que se inserem.

São grandes proprietários e lavradores à sua dimensão, quase insignificantes, talvez, se comparados com outras regiões do Alentejo.

Apesar do carácter experimental desta abordagem e dos resultados provisórios obtidos, Santiago do Cacém parece ser, no contexto dos estudos disponíveis, um universo particular, como outros, que por certo virão a ser estudados. Os dados teimam em afastar interpretações tipológicas na procura de uma solução simples para um problema que se vai tornando complexo.

No entanto, a questão básica mantém-se reforçada pelo exemplo que apresentamos. Será que as Revoluções Liberais mudaram o rosto do poder social? Tê-lo-ão feito mesmo ao nível do poder económico?

Elites e poder municipal. Continuidade, solidez e permanência, num universo de estudo particular. Estas são as referências que aqui pretendemos sublinhar.

Bibliografia

- CHAUSSINAND - NOGARET, Guy. 1975. *Une Histoire des elites, 1700-1848*. Paris: Mouton.
- COELHO, M. Helena C., e Magalhães, J. Romero. 1986. *O Poder Concelhio. Das origens às Coortes constituíntes*. Coimbra: Ed. CEFA.
- COSTA, Américo. 1948. *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. XI. Porto: Livraria Civilização.
- CUTILEIRO, José. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.
- FONSECA, Heider. 1988. “Sociedade e Elites Alentejanas no século XIX.” *Economia e Sociologia*, nº 2 45/46: 63-106.
- IDEM. 1992. “Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista”. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora.
- IDEM. 1996. *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GAMEIRO, Fernando Luís. 2014. “Elites e educação. Percursos escolares e profissionais das elites alentejanas nos séculos XIX e XX.” Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora, Évora.
- IDEM. 2017. *Elites e Educação*. Lisboa: Colibri.
- JUSTINO, David. 1988. *A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols. Lisboa: Vega.
- LOPES, Francisco Luiz. 1850. *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*. Lisboa: Tipografia do Panorama.
- LEEUWEN, Marco H.D. Van, Maas, Ineke and Miles, Andrew. 2002. *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*. Leuven: Leuven University Press.
- LEEUWEN, Marco H.D. Van and Maas, Ineke. 2011. *HISCLASS a Historical International Social Class Scheme*. Leuven: Leuven University Press.
- MANIQUE, A. Pedro. 1986. *A Reforma Administrativa de Mouzinho da Siveira: Aplicações e Resultados*. Lisboa: FCSH (diss. mestrado).
- MARTINS, Oliveira. 1923. *Dispersos*, vol. I, Lisboa.
- NAZARETH, J. Manuel e Sousa, Fernando. 1983. “A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime. Aspectos Socio - Demográficos de Coruche”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 4.
- SILBERT, Albert. 1978. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l' Ancien Regime*, 3 vols. Lisboa: INIC.
- SILVA, António de Macedo e. 1966. *Annaes do Município de Santiago de Cassem desde remotas eras até ao ano de 1853*, 1ª ed., Beja: Tipografia de Sonsa Porto & Vaz.
- IDEM. 1869. *Annaes do Município de Santiago do Cacém*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIDIGAL, Luís. 1988. *Cidadania, Caciquismo e Poder, Portugal 1890-1916*. Lisboa: Livros Horizonte.

